

Autoria e co-autoria: justificativa e desvios

MARIO R. MONTENEGRO¹

“Autoria não pode ser conferida; ela só pode ser assumida por alguém que assumia toda a responsabilidade sobre o trabalho”.

Rennie e Flanagin⁽¹⁾

Um dos problemas que freqüentemente encontramos quando desejamos publicar um trabalho é o da autoria. No passado, quando os pesquisadores trabalhavam sozinhos ou eram auxiliados por pessoas que ofereciam colaboração inexpressiva, tudo era fácil. A partir da 1ª Guerra Mundial começaram a aparecer trabalhos em cooperação com dois ou três autores. Eram trabalhos completos e cada autor publicava pouco durante toda a sua vida. Havia poucos periódicos e estes eram de boa qualidade.

Após a 2ª Guerra Mundial houve uma explosão de publicações e aumentou substancialmente o número de periódicos, muitos de qualidade duvidosa. A causa dessa explosão foi o fantástico crescimento do conhecimento acrescido da criação por toda a parte de laboratórios, institutos de pesquisa e universidades. Mas esse crescimento legítimo e necessário levou ao aparecimento de desvios, em parte como consequência do conceito, originado nos EUA, de que bom acadêmico é aquele que publica muito.

As universidades e institutos de pesquisa passaram a valorizar a “produção científica” como o critério principal para admissão e promoção de seu pessoal, a preocupação sendo voltada para o número, sem que se desse grande ênfase à qualidade. Entramos na era do *publish or perish*⁽²⁾. Todos foram envolvidos por uma febre de publicar, pois este passou a ser o único caminho aberto para o sucesso.

Como as revistas existentes eram poucas, tornou-se necessário criar outras que pudessem acomodar a enorme quantidade de artigos produzidos. Muitas revistas mantiveram um bom padrão de qualidade, mas outras afrouxaram seus critérios. Assim foi possível publicar, porém com queda da qualidade.

Uma das reações a essa situação foi o aparecimento de critérios de avaliação de periódicos. Entidades internacionais,

como o *International Science Information*, propuseram índices de qualidade como o “índice de citação” para os artigos e o “índice de impacto” para as revistas.

Outra consequência da política do *publish or perish* foi uma inflação no número de autores nos trabalhos, o que, às vezes, envolve comportamentos ilegítimos.

A maioria dos trabalhos na área da saúde pode ser descrita como objetivando: resumir e criticar o conhecimento a respeito de um tema, descrever um fato, um fenômeno ou uma técnica, descrever um conjunto de fatos ou fenômenos e eventualmente classificá-los, descrever a evolução temporal de um evento, comparar diferentes aspectos de um fenômeno pouco conhecido ou pouco freqüente ou, ainda, mais importante, testar hipóteses geradas a partir da observação dos fenômenos e de sua correlação com o conhecimento anterior.

Qualquer que seja o trabalho, ele deve ser proposto por uma pessoa que o idealizou, definiu seus objetivos, o material a ser estudado e os métodos a serem empregados, assim como convidou colaboradores. Essa pessoa e alguns dos colaboradores participam da geração dos dados, de sua análise e da redação final do trabalho. Com freqüência, esse idealizador não domina todos os métodos e técnicas envolvidos, o que é feito pelos colaboradores. O pesquisador acima descrito é o investigador principal e deve ser o primeiro autor do trabalho⁽³⁾.

Em nosso meio, após o advento da pós-graduação, não é isso que está ocorrendo. Muitas vezes o idealizador do projeto, seu proponente e crítico que exerce ainda importante papel na redação, é o orientador, porém, mestrandos e doutorandos acabam ocupando o primeiro lugar da lista de autores, sendo a tendência, nesses casos, reservar o último lugar para o orientador.

Essa situação tem trazido dissabores aos orientadores, pois a avaliação da produção privilegia o primeiro autor e há regras que limitam a citação de um trabalho a seus três primeiros autores. Dessa forma, o orientador desaparece e, quando chega o momento de avaliar sua produção, é ele fortemente prejudicado. Por essa razão começa a haver uma reação contra colocar o orientador em último lugar.

1. Professor Emérito da Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp.
Endereço para correspondência – Mario R. Montenegro, Departamento de Patologia, Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp – 18618-000, Botucatu, SP.

O que deve ser adotado é colocar como primeiro autor aquele que planejou o trabalho, dele participou supervisionando ou coordenando a coleta de dados, sendo o responsável pela redação final. Quanto aos colaboradores, vários critérios têm sido propostos, o mais legítimo sendo a ordem de importância de sua colaboração. Quando isso é impossível, até a ordem alfabética tem sido usada.

Qualquer que seja, a solução deve ser o resultado de uma ampla discussão entre todos os colaboradores do trabalho.

Deve ficar claro que a inclusão como autor pressupõe envolvimento importante em sua realização, conhecimento integral de seu conteúdo e participação da redação final. Em outras palavras, cada um dos autores é responsável pelo trabalho e deve estar preparado para discuti-lo e, se necessário, defendê-lo.

Essa concepção de que cada um dos autores é responsável pelo trabalho é muito freqüentemente esquecida e este esquecimento é um dos motivos que explicam a "autoria irresponsável" ou "antiética"⁽⁴⁻⁶⁾.

São várias as formas de "corrupção" da lista de autores. Uma das mais freqüentes é a inclusão de pessoas que não participaram do trabalho. A literatura^(4,5,7) classificou esses autores de "autores convidados". São pessoas convidadas a ser autores de um trabalho, embora dele não tenham participado. Isso é feito por várias razões, a mais freqüente sendo "agradar os poderosos", como chefes de departamento, outros superiores hierárquicos, pesquisadores conhecidos, etc. Além da bajulação, outra das razões para os convites é facilitar a aceitação do trabalho pelas revistas; nesse caso os "convidados", às vezes, nem ao menos são informados de que seus nomes foram incluídos como autores.

A troca de favores é outra forma ilegítima de corromper a lista de autores: "Eu coloco seu nome nos meus trabalhos e você coloca meu nome nos seus". Essa situação chega ao máximo quando o "chefe" exige que seu nome conste de todos os trabalhos publicados pelo grupo, ou ainda quando é "norma" do grupo que todos os seus membros sejam co-autores de todos os trabalhos produzidos. Há pessoas "respeitáveis" e grupos importantes que adotam essa última política. Descrevem-se ainda casos em que, além dos autores legítimos, são listados dois ou três colegas, às vezes escolhidos por rodízio ou por sorteio! Outros motivos de corrupção da autoria são a inclusão, entre os co-autores, da esposa ou do marido, da bibliotecária simpática ou do técnico bonzinho que está precisando de pontos para a promoção.

Por fim, há também os casos de "autoria incompleta"⁽⁴⁾, isto é, a não inclusão da lista de pessoas que dela deveriam constar e são eliminadas por vários tipos de razões espúrias.

Friessinger⁽⁸⁾, no artigo "Quem deve ser autor", refere-se também a quem não deve ser autor. Relata várias das situações acima descritas e acrescenta uma informação importante: "A simples coleta de dados obtida na rotina do laboratório ou da enfermaria não justifica autoria". Da mesma for-

ma, refere que estimular o projeto, oferecer espaço nos laboratórios ou enfermarias, fornecer suporte administrativo, também não justificam autoria. Todas essas pessoas podem e devem ser agradecidas em rodapé no fim do manuscrito.

Faz tempo que o problema da autoria irresponsável vem sendo discutido. Em 1978, um grupo de editores de revistas biomédicas se reuniu em Vancouver para estabelecer critérios de uniformização de manuscritos enviados para publicação. Uma primeira versão dos *Uniform requirements for manuscripts submitted to biomedical journals* foi produzida e nela se propõem critérios de autoria. Desde então, o grupo cresceu muito e vem-se reunindo anualmente, constituindo o *International Committee of Medical Journal Editors* (ICMJE). Hoje, cerca de 500 periódicos de 36 países aceitam suas regras. Já foram produzidas quatro versões dos *Uniform requirements* e nelas vêm sendo mantidas as mesmas regras no que se refere à autoria. É a seguinte a última versão publicada em 1993⁽⁹⁾:

"Todas as pessoas designadas como autor devem ser qualificadas. A ordem da lista de autores deve ser uma decisão de todos os autores (*joint decision of the authors*).

"Cada autor deve ter participação tal no trabalho que seja capaz de assumir, publicamente, responsabilidade sobre ele. A autoria deve ser baseada somente em contribuições substanciais como: a) Concepção e desenho ou análise e interpretação dos resultados; b) Redação do trabalho ou revisão crítica com importante contribuição intelectual; e c) Aprovação final da versão a ser publicada. Cada um dos co-autores deverá atender às três condições a, b e c, acima. A participação na simples obtenção de fundos ou coleta de dados não justifica autoria. Também não justifica autoria a supervisão do grupo de pesquisa.

"Todas as partes de um trabalho que sejam críticas para suas conclusões deverão ser da responsabilidade de pelo menos um dos autores.

"Os editores podem solicitar que os autores justifiquem ter sido considerados como tal. Em trabalhos multicêntricos, todos os membros do grupo que são citados como autores devem obedecer aos critérios acima descritos.

"A contribuição de pessoas que não correspondem aos critérios acima deve ser listada, com sua permissão, nos agradecimentos..." ICMJE⁽⁹⁾.

A maioria dos periódicos de peso adota essas regras e alguns deles vão mais além. O *New England Journal of Medicine*⁽¹⁰⁾, por exemplo, exige que os autores enviem com o manuscrito todos os trabalhos do grupo, publicados ou em andamento, que tratem do mesmo tópico. Isso é feito para evitar que o mesmo trabalho ou parte dele seja publicado em outros periódicos (publicações redundantes).

Outra forma pouco legítima de autoria é a de considerar como autor alguém que, no dia-a-dia de sua rotina, colheu informações que foram utilizadas no trabalho. O radiologista que leu as chapas na rotina, o laboratorista responsável pe-

los exames de laboratório, o patologista que fez a autópsia, o clínico que como parte de suas obrigações diárias examinou o doente, o dono do leito... não devem ser considerados como autores^(4,5,7-9).

Essas participações justificam autoria quando a ação é previamente programada objetivando o trabalho. Nesse caso, o radiologista, o clínico ou o patologista devem participar da programação, discutir o protocolo, participar da análise dos dados e participar ou criticar a redação final.

Em trabalhos retrospectivos, quando prontuários são revisados, os autores são exclusivamente aqueles que planejaram e executaram a revisão.

Nossa tendência de incluir como autores estudantes, estagiários, técnicos não é correta. Esses colaboradores só poderão ser considerados como autores se sua colaboração tiver sido importante ou mesmo crítica para a realização do trabalho.

Já dissemos que a maioria dos periódicos de peso é muito exigente quanto a quem deve ser considerado como autor. Revistas menos exigentes favorecem a autoria antiética. Porém, a despeito do rigor, sempre surgem furos. Um recente inquérito sobre autoria realizado entre os autores de 275 artigos publicados no *AJR American Journal of Roentgenology*⁽¹¹⁾ revelou que 72% dos autores afirmaram ter participado do planejamento, obtenção e análise dos dados, assim como da redação dos manuscritos. Em 80% dos trabalhos, todos os autores haviam lido a versão final e se consideravam capazes de discutir todo o trabalho. Porém, entre 18 e 20% dos casos, esses requisitos não foram seguidos e foi possível detectar autoria antiética em 9% dos trabalhos com até três autores e em 30% daqueles com seis ou mais autores!!

Os critérios de autoria propostos pelo ICMJE, embora aceitos por grande número de periódicos, nem sempre são reconhecidos pelos pesquisadores⁽¹²⁻¹⁴⁾. Bhopal *et al.*⁽¹⁵⁾, em recente artigo do *JAMA*, apresenta resultados de um inquérito realizado com 66 pesquisadores de uma Faculdade de Medicina inglesa. Os entrevistados, em sua grande maioria, concordaram ser necessário que haja critérios de autoria, porém somente 49% deles sabiam que havia regras sobre o assunto; 50% tinham ouvido falar dos critérios do ICMJE, mas apenas um deles os conhecia bem.

A maioria dos participantes concordou com os critérios do ICMJE, mas, não aceitou que todos os autores devessem atender aos três critérios propostos, pois entendem que fazê-lo seria muito restritivo. Alguns consideraram que não aderir aos critérios era antiético.

Por outro lado, a maioria dos entrevistados considerou que a autoria "convidada", que chamaram de "presenteada", deve ser abolida e que a melhor maneira de evitá-la é exigir que o trabalho indique claramente qual o papel desempenhado por seus diferentes autores.

A autoria irresponsável não é a única forma de corromper publicações. A literatura cita pelo menos duas outras situações: a publicação redundante e a fragmentação do trabalho^(1,4,7). Com o objetivo de aumentar sua produção os autores publicam os resultados de um estudo em dois ou mais periódicos⁽¹⁶⁾ ou publicam em separado partes de um mesmo projeto.

Existem várias formas de publicações redundantes. A mais óbvia é publicar o mesmo trabalho em duas revistas. Muda-se o título, uma ou outra frase, trocam-se figuras e tabelas, mas os dois ou mais trabalhos são essencialmente os mesmos.

Não há dúvida de que um mesmo projeto, usando até os mesmos pacientes, pode dar origem de forma legítima a mais do que uma publicação; nesses casos fica claro que os resultados, a discussão e as referências devem ser específicas de cada trabalho e principalmente o outro, ou outros trabalhos, devem ser citados nas respectivas listas de referências.

A fragmentação de um trabalho é outro pecado freqüentemente cometido com o objetivo de aumentar o número de publicações de um autor.

A prática deu origem ao conceito de *least publishable unit* (LPU), ou seja, os autores quebram seu trabalho em várias unidades mais ou menos independentes. A prática, também conhecida como *salami science*⁽⁴⁾, é a antítese do que acontecia no passado, quando os autores só se atreviam a publicar quando tivessem grande segurança, muito bem documentada.

Hoje, vários periódicos solicitam que os autores declarem que "o trabalho ou partes dele não foram ou serão publicados em outros periódicos". É também por isso que o *New England Journal of Medicine*⁽¹⁰⁾, como referido, vai mais longe e pede que os autores enviem todos os trabalhos já publicados ou em andamento que se referem ao tópico do artigo remetido para publicação.

As normas de autoria do ICMJE vêm sendo discutidas^(6,11-13), pois a complexidade da ciência de hoje tem exigido que especialistas de áreas muito diversas participem dos projetos. Nem todos esses especialistas têm condições de entender e assumir responsabilidade sobre o trabalho final, embora sua participação possa ter sido crucial. Da mesma forma, fica muito difícil aplicar os critérios a trabalhos multiinstitucionais realizados em vários hospitais e laboratórios, às vezes de países diferentes. Embora o ICMJE⁽⁹⁾ e o *New England Journal of Medicine*⁽¹⁰⁾ tenham abordando esse assunto, o problema é de difícil solução.

Por essa razão, Rennie *et al.*⁽¹³⁾ fizeram uma proposta revolucionária: substituir autores por "colaboradores", cuja contribuição deve ser claramente explicitada na primeira página do trabalho. Mais ainda, criaram a figura do *garantor*, que seria um dos colaboradores que assumiria a responsabilidade pelo trabalho como um todo. Cada colaborador seria res-

ponsável por sua contribuição e o *garantor* responderia pelo todo.

Essa proposta foi discutida em duas ocasiões em 1996, uma em reunião organizada pelo *Lancet* e pelo *British Medical Journal* e outra na reunião daquele ano no ICMJE⁽¹²⁾. Como resultado, vários periódicos adotaram a primeira parte da proposta, ou seja, exigir que cada um dos colaboradores especifique qual sua contribuição.

Se a proposta for universalmente aceita, ela também resolveria o problema da ordem em que os autores (colaboradores) aparecem. Se ficar claro qual sua participação, não importará a posição em que seu nome apareça.

O assunto autoria, portanto, continua em discussão e existem normas internacionalmente aceitas para resolvê-lo. Qualquer que seja a norma adotada, é necessário ficar bem claro que autor é alguém que teve envolvimento importante com o planejamento do trabalho, participou de sua execução, conhece integralmente seu conteúdo e está preparado para discuti-lo.

“Se você não fez o trabalho, não ponha seu nome no manuscrito. Se você puser seu nome, estará a ele amarrado indissolavelmente” (Wooley⁽¹⁷⁾).

REFERÊNCIAS

1. Rennie D, Flanagan A. Authorship! Authorship! Guests, ghosts, grafters, and the two sided coin. *JAMA* 1994;271:469-471.
2. Relman AS. Publish or perish or both. *N Engl J Med* 1977;297:724-725.
3. Montenegro MR, Ferreira Alves V. Critérios de autoria e co-autoria em trabalhos científicos. *Rev Inst Med Trop São Paulo* 1987;29:191-192.
4. Huth EJ. Irresponsible authorship and wasteful publications. *Ann Intern Med* 1986;104:257-259.
5. Jackawaay P, Boyce R. Gift authorship: a tangled web. *Aust Clin Rev* 1990;10:72-75.
6. Schechter AM, Wyngarden J, Edsall JT, Maddox J, Relman AS, Angell M, Steward WW. Colloquium on scientific authorship: rights and responsibilities. *FASEB J* 1989;3:209-217.
7. Flanagan A, Carey LA, Fontanarosa PB, Phillips SG, Pace BB, Lundberg GD, Rennie D. Prevalence of articles with honorary authorship and ghost authors in peer reviewed medical journals. *JAMA* 1998;280:222-224.
8. Friessinger GC. Who shall be an author? *J Am Coll Cardiol* 1986;8:1240-1242.
9. International Committee of Medical Journal Editors. Uniform requirements for manuscripts submitted to biomedical journals. *JAMA* 1993;269:2282-2286.
10. Information for authors. *N Engl J Med* 1999;340:316.
11. Slone RM. Coauthors contribution to major papers published in the *AJR*: frequency of undeserved coauthorship. *AJR Am J Roentgenol* 1996;167:571-579.
12. Biagioli M. The instability of authorship: credit and responsibility in contemporary biomedicine. *FASEB J* 1998;12:3-15.
13. Rennie D, Yank V, Emanuel L. When authorship fails. A proposal to make contributors accountable. *JAMA* 1997;278:579-585.
14. Smith R. Authorship: time for a paradigm shift? *BMJ* 1997;314:992.
15. Bohpal R, Rankin J, McCall E, Thomas L, Kasser E, Stacy R, Pearson P, Vernon B, Rodgers H. The vexed question of authorship: views of researchers in a British medical faculty. *BMJ* 1997;3/4:1009-1012.
16. Angell M, Relman AS. Redundant publications. *N Engl J Med* 1989;320:1212-1213.
17. Wooley CF. Struck by fraud. *Science* 1996;274:908-910.